



Visão

27-07-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 132725

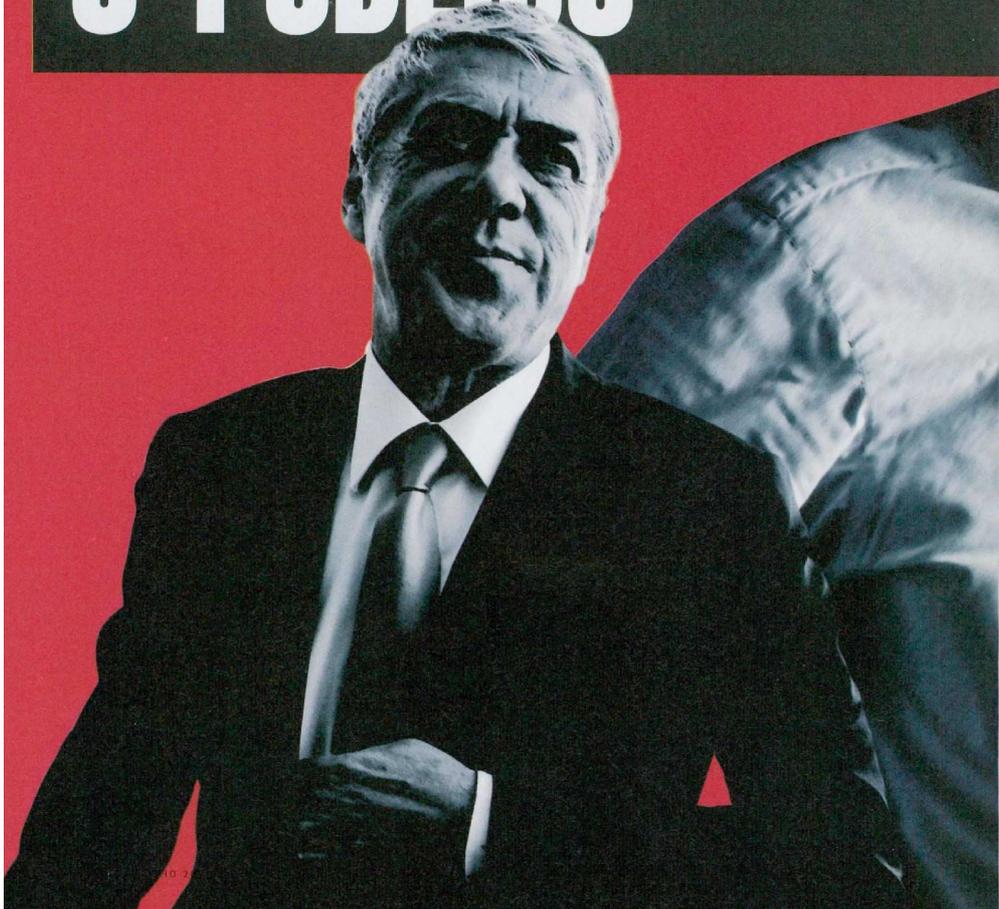
Temática: Justiça

Dimensão: 3580 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 52 a 56

COMO SÓCRATES QUIS COMPRAR O 'PÚBLICO'



Visão

27-07-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 132725

Temática: Justiça

Dimensão: 3580 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 52 a 56



Paulo Azevedo revelou, na *Operação Marquês*, que **José Sócrates** lhe ofereceu um comprador para o jornal *Público*: o grupo Lena, tendo como intermediário Armando Vara, à data no BCP. Tudo aconteceu numa época em que o então primeiro-ministro telefonava zangado ao líder da Sonae por causa de notícias publicadas naquele diário

 SÍLVIA CANECO

Revelações Paulo Azevedo, presidente da Sonae e filho de Belmiro de Azevedo, contou a história quando testemunhou no DCIAP em setembro de 2015

P

Paulo Azevedo estava a ser ouvido como testemunha na *Operação Marquês* quando, a meio da inquirição, contou que José Sócrates costumava telefonar-lhe “zangado” com notícias publicadas no jornal *Público*. Sempre que isso sucedia, esclareceu, respondia da mesma forma, dizendo que não influenciava as decisões dos jornalistas. Segundo contou, também lhe disse que não era segredo que a empresa estava disponível para vender o diário lançado pelo seu pai, Belmiro de Azevedo, total ou parcialmente, visto que a Sonae não se revia na ideia de um grupo económico ter um jornal. Para que isso sucedesse era necessário que aparecesse uma entidade com “credibilidade” na área jornalística e com “independência política” que garantisse a continuidade do jornal. Foi então que, a determinada altura, prosseguiu o presidente da Sonae, o então primeiro-ministro lhe terá dito que “tinha um excelente comprador” interessado no *Público*. Mas para saber quem era deveria ir falar com Armando Vara, à data administrador no BCP.

O presidente da Sonae contou que seguiu o conselho. Foi à sede do grupo BCP, tendo então ouvido da voz do ex-ministro Armando Vara – também arguido na *Operação Marquês* –, que o “excelente comprador” para o *Público* era o grupo Lena. A confiar no depoimento que deu no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), de que a VISÃO teve conhecimento, Paulo Azevedo recusou de imediato a proposta intermediada por Vara, por entender que o grupo Lena não cumpriria nenhum dos critérios estabelecidos pela Sonae para a venda do *Público*: nem “reputação” na comunicação social, nem garantia de independência do poder político, nem “credenciais de boas práticas de Estado”.

Perante dois procuradores do Ministério Público e dois inspetores da Autoridade Tributária, Paulo Azevedo sublinhou que tudo lhe pareceu “muito estranho”, mas não chegara a saber mais pormenores porque não

SÓCRATES NO ‘PÚBLICO’

Notícias que deixaram o ex-governante à beira de um ataque de fúria

Licenciatura

Em 2007, o *Público* publica a história que levantara uma série de dúvidas sobre a licenciatura do então primeiro-ministro na Universidade Independente. Acabava o estado de graça do primeiro mandato de José Sócrates. O ex-diretor do jornal, José Manuel Fernandes, contou mais tarde que Sócrates fez tudo para impedir a publicação da notícia, ameaçando inclusivamente com processos judiciais.

Os projetos da Guarda

A notícia foi dada pelo *Público* em janeiro de 2008: Sócrates tinha assinado, durante uma década, projetos de edifícios que seriam, na verdade, feitos por outros engenheiros e técnicos.

A casa da Braamcamp

Em fevereiro de 2009, o *Público* noticia que Sócrates comprara o seu apartamento na Rua Braamcamp, em Lisboa, por 235 mil euros, quando dois anos antes um apartamento idêntico no mesmo edifício tinha sido vendido a um emigrante português por mais 50% do que o valor declarado por Sócrates, o que levantava suspeitas de fraude fiscal.

alimentara a conversa. O procurador Rosário Teixeira estava interessado, no entanto, em saber por que razão Armando Vara era o “arauto” do grupo Lena. O CEO da Sonae respondeu que “o mais estranho” é que José Sócrates lhe tinha dito que só Armando Vara podia dizer quem era o comprador. Como declinara a oferta, não sabia dizer se Vara aparecia como intermediário porque o BCP iria financiar o grupo Lena nessa operação ou por outra razão qualquer.

Paulo Azevedo não precisou a data destas conversas. Situou-as apenas numa época que terá coincido com notícias do jornal *Público* que incomodavam José Sócrates, com a passagem de Armando Vara pela administração do BCP e num momento anterior ao lançamento do jornal *i*, diário financiado pelo grupo Lena. Ora, Vara tornou-se vice-presidente do Banco Comercial Português logo no início de 2008 e pediu a suspensão das suas funções em novembro de 2009, quando rebentou o escândalo do *Face Oculta* – em que acabaria por ser condenado a cinco anos de prisão (ainda em fase de recursos). Foi oficialmente suspenso em novembro de 2010. Já o jornal *i* foi para as bancas em maio de 2009, depois de começar a ser desenhado no final de 2008.

Entre 2007 e 2009, o *Público* esteve na linha da frente de várias investigações que terão deixado José Sócrates furioso, a ponto de o então primeiro-ministro ter nomeado publicamente José Manuel Fernandes, à data diretor do jornal, como o seu “melhor inimigo”. A tensão começou quando o antigo governante quis travar a investigação sobre a sua licenciatura na Universidade Independente, logo em 2007. E prosseguiu com as histórias das assinaturas de projetos de edifícios na Guarda que não seriam seus, mas de outros engenheiros; e com a revelação das primeiras suspeitas de fraude fiscal na compra do seu apartamento no edifício Heron Castilho, na Rua Braamcamp, em Lisboa.

Paulo Azevedo foi ouvido no DCIAP a 22 de setembro de 2015, mas grande parte das

PAULO AZEVEDO CONTOU QUE O MAIS ESTRANHO ERA SÓCRATES TER DITO QUE SÓ VARA PODIA DIZER QUEM ERA O COMPRADOR

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

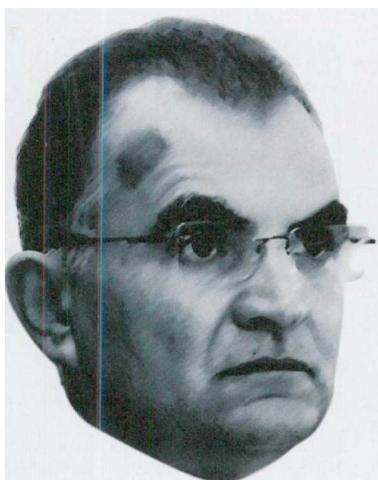
Tiragem: 132725

Temática: Justiça

Dimensão: 3580 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 52 a 56



JOAQUIM BARROCA

Primeiro representante do grupo Lena a ser constituído arguido na *Operação Marquês*, chegou a estar em prisão preventiva. Além de suspeitar que o grupo Lena terá sido favorecido em vários negócios pelo governo de Sócrates, o Ministério Público diz ter encontrado indícios que mostram que Barroca foi um dos intermediários do dinheiro que saiu das contas do Grupo Espírito Santo para as de Carlos Santos Silva, alegado testa de ferro de José Sócrates

suas declarações – como as que envolvem o alegado interesse de Sócrates em passar o Público para as mãos do grupo Lena – nunca foi tornada pública. Contactado pela VISÃO, o presidente da Sonae recusou dar mais detalhes sobre aquelas conversações por não querer “revelar nem comentar o conteúdo de conversas privadas”: “O testemunho que prestei foi ao abrigo do meu dever de colaborar com a Justiça.”

José Sócrates nega tudo. O principal arguido da *Operação Marquês* diz à VISÃO ser falsa a história de que telefonava com frequência a Paulo Azevedo; falso “que alguma vez” tivesse “tido conhecimento de alguém interessado na compra do Público”; falso que “alguma vez tivesse sugerido ao dr. Paulo Azevedo que falasse com o dr. Armando Vara, sobre esse ou sobre qualquer outro assunto”. O antigo governante diz ainda ser “falsa a insinuação” pois nunca foi “próximo ou esteve ligado ao grupo Lena”. E remata: “Só não é falso que o dr. Paulo Azevedo se preste a estas intrigas.”

Armando Vara não quis prestar esclarecimentos. Já o grupo Lena rejeita alguma vez ter tido ou mostrado interesse na compra do diário da Sonae. Diz que essa hipótese “nunca esteve em cima da mesa” e que, “jamais, em

tempo algum”, mandou Armando Vara ou José Sócrates como intermediários. E como saberia Sócrates, à data primeiro-ministro, dos interesses do grupo Lena em órgãos de informação? Os responsáveis do grupo empresarial de Leiria não sabem. “O que podemos dizer é que nunca foi trocada qualquer informação, fosse de que teor fosse, com o antigo primeiro-ministro sobre esses assuntos ou outros.”

OS PLANOS DE CONTROLO

Os novos detalhes contados por Paulo Azevedo são relevantes para os investigadores da *Operação Marquês* no contexto dos alegados planos do ex-primeiro-ministro para controlar a comunicação social porque ligam, mais uma vez, José Sócrates ao grupo Lena. Afinal, novas provas recolhidas no processo em que Sócrates é suspeito de corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais

ARMANDO VARA

Foi detido e constituído arguido em novembro de 2016 na *Operação Marquês*. É suspeito de, enquanto administrador da Caixa Geral de Depósitos, ter autorizado os financiamentos ao empreendimento de Vale do Lobo e de, em troca, ter recebido cerca de 2 milhões de euros em contrapartidas. Entretanto, o Ministério Público decidiu “repeçar” as escutas de que foi alvo no processo *Face Oculta*



Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 132725

Temática: Justiça²
Dimensão: 3580 cm
Imagem: S/Cor
Página (s): 52 a 56

A OPA da PT e o princípio do fim do GES

Paulo Azevedo disse-se excluído de "um círculo de poder", apontou o dedo a Mário Lino e a Paulo Campos e contou que em 2006 a Sonae percebeu que o Grupo Espírito Santo estava praticamente falido

Quando chamou Paulo Azevedo a testemunhar no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), o Ministério Público estava interessado sobretudo em saber pormenores sobre os bastidores da OPA da Sonae com sobre a Portugal Telecom – um dos negócios que acredita ter gerado luvas pagas pelo Grupo Espírito Santo a José Sócrates e a administradores da PT. O presidente da Sonae contou ao longo de várias horas como o seu grupo se foi sentindo excluído de um "círculo de poder" que representava uma parte significativa da economia portuguesa porque nem todos "lutavam com as mesmas armas". Outros atores da história, insistiu, teriam feito coisas "altamente imorais" que deveriam "ser crimes".

Ao procurador Rosário Teixeira e inspetor tributário Paulo Silva começou por contar que a Sonae decidiu ouvir José Sócrates antes de avançar com o anúncio público da OPA, por não lhe parecer viável ou "sensato" que uma empresa se compromettesse com gastos de 30 milhões de euros sem fazer uma pergunta direta a quem tinha a possibilidade de vetar a operação. Fê-lo e ficou com a sensação de que Sócrates até teria ficado "agradado" com a proposta. Os problemas começaram depois, quando sentiu ter de insistir para que fossem marcadas reuniões ou que ninguém ligava ao facto de estarem a ser "fabricados" acionistas na PT. E não deixou de apontar o dedo ao então ministro Mário Lino e ao então secretário de Estado Paulo Campos. Chegou inclusivamente a nomear o segundo quando abordou outro dos negócios em que a Sonae diz ter sido excluída: no caso do computador Magalhães, fabricado pela JP Sá Couto e em que a Fundação para as Comunicações Móveis foi usada

como intermediária. Paulo Azevedo explicou ter lutado "bastante" para que fosse aberto um concurso público e deixou nas entrelinhas que Paulo Campos tinha sido "muito ativo" nesse negócio da Fundação. Além do mais, queixou-se, o então secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações teria, na sua versão, "desaparecido" depois do anúncio da OPA, ficando alegadamente indisponível para ouvir os administradores da Sonae. O filho de Belmiro de Azevedo disse a Rosário Teixeira que a determinada altura era impossível não desconfiar do processo. Quando alguns acionistas entraram ou aumentaram as suas posições na PT (caso da Ongoing), alegadamente financiados pelo Banco Espírito Santo ou pelo grupo liderado por Ricardo Salgado, Paulo Azevedo ia perguntando a si próprio como era aquilo possível. Por um lado, porque as posições de acionistas como a Ongoing ou seriam as mesmas da administração da PT ou seriam "ridículas". Por outro, porque nessa altura, confessou, já tinha feito o trabalho de casa e sabia que o Grupo Espírito Santo apresentava "uma situação líquida perto do zero", situação que ia piorando todos os anos "até ao estouro". Disse, aliás, que se a Sonae conseguiu fazer essa avaliação interna em 2006 era altamente inverosímil que o resto da banca não tivesse conhecimento ou que a administração de uma empresa como a PT não soubesse que estava a incorrer num enorme risco ao investir perto de 900 milhões de euros em dívida da Rioforte, uma das empresas do GES. Surpresas no colapso do Banco Espírito Santo? Contou que só teve duas: a dimensão do buraco em Angola – de 5,7 mil milhões de dólares – e o montante dos empréstimos diretos da PT ao Grupo Espírito Santo numa fase já muito tardia. **S.C.**

**JOSÉ SÓCRATES
 NEGA TUDO.
 "SÓ NÃO É FALSO
 QUE O DR. PAULO
 AZEVEDO SE
 PRESTE A ESTAS
 INTRIGAS",
 AFIRMA**

levaram o Ministério Público a desenterrar o alegado plano do governo de Sócrates para tomar de assalto a TVI.

Recorde-se que essas suspeitas surgiram em 2010, quando no decorrer das escutas ao ex-ministro Armando Vara os investigadores do Face Oculta desconfiaram estar em marcha um plano para controlar alguns media, e mandaram extrair uma certidão por suspeitas de que José Sócrates tivesse cometido um crime de atentado contra o Estado de Direito. O então presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Noronha do Nascimento, mandou destruir as escutas. Pensava-se que o assunto tinha ficado enterrado ali.

Mas não. Por um mero acaso, nas buscas ao Haitong (antigo Banco Espírito Santo de Investimento) foram encontradas anotações de uma reunião na qual se discutiu a compra da Media Capital, proprietária da TVI, por parte de um consórcio formado pelo Taguspark, grupo Lena e investidores angolanos. A responsável do banco que escreveu as anotações foi chamada ao DCIAP e confirmou ter tido reuniões com Rui Pedro Soares, então administrador da PT e acionista do Taguspark, sobre a possibilidade de aquisição da Media Capital. O projeto tinha como nome de código *Operação Aljubarrota*. O procurador Rosário Teixeira aproveitou o embalo para pedir à Assembleia da República a documentação reunida na comissão de inquérito que investigou o assunto. Pede também ao Tribunal da Relação do Porto, que tinha em mãos os recursos do Face Oculta, todas as conversas intercetadas a Armando Vara naquele processo.

José Sócrates sempre negou quaisquer tentativas de controlo dos media. O que ninguém esperava era que um novo processo – a *Operação Marquês* – viesse mostrar que depois de já não ser primeiro-ministro Sócrates terá usado a sua influência para decidir quem iria liderar o *Jornal de Notícias*. Conversas telefónicas e sms mostram que, quando o advogado Proença de Carvalho assumiu a liderança da Global Média (DN, JN e TSF), José Sócrates começou um processo de recomendação do jornalista Afonso Camões para a direção de um dos jornais do grupo. Proença, dizia Sócrates, precisava de alguém que obedecesse e não fizesse perguntas. Desta vez, não há como negar o que ficou gravado. **II**

scaneco@visao.imprensa.pt